

# Ney apela ao bom-senso do PMDB

O vice-líder governista, senador Ney Maranhão (PRN-PE), apelou, ontem, ao PMDB, partido majoritário no Congresso, para acelerar a votação de matérias que, na sua avaliação, não são apenas de interesse do Executivo, mas de toda a sociedade. Ao assinalar o importante papel que o PMDB tem na condução das matérias, Maranhão frisou a responsabilidade do partido na determinação do ritmo de votação.

Ele alertou que, caso a bancada peemedebista decida obstruir as votações às vésperas do recesso parlamentar, a responsabilidade não deverá recair sobre o Senado Federal. A urgência na votação, às vésperas do recesso parlamentar — um tema que está dividindo os senadores, mas, que, ao mesmo tempo, é uma prática que se repete anualmente —, foi ontem o principal assunto das discussões dos parlamentares em plenário. Enquanto Maranhão responsabilizava o PMDB, o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), depois de ameaçar empregar todos os mecanismos regimentais para obstruir as matérias que serão apresentadas em um processo de votação que ele chama de “afogadilho”, devolveu a acusação: “A falta de quorum que impede a votação em tempo hábil decorre da ação dos governistas. Quando percebem que serão derrotados, retiram a bancada do plenário”. E

acrescentou, numa crítica a essa conduta, que essa iniciativa mostra a “falta de hábito democrático em aferir o comportamento da maioria”.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), um parlamentar que tem adotado posições independentes na Casa, acabou contestando a posição de seu colega da Bahia. “Diante da crise, retardar a solução é agravar a responsabilidade do Congresso”, sentenciou, ao aconselhar que “cada um deve votar de acordo com sua consciência”. E ainda considerou “estranho” o argumento das oposições de que, apesar de reconhecerem que as matérias em pauta são importantes, não existe tempo hábil. “O nosso objetivo é decidir” — declarou, para em seguida, ter seu aparte complementado com um alerta do vice-líder governista, senador Odacir Soares (PFL-RO): “O fato de as oposições reconhecerem que as matérias são importantes abre as portas para que o presidente Fernando Collor convoque o Congresso Nacional extraordinariamente”.

## Relação

Em seguida, avaliou que esse procedimento, de “emperrar” o processo de votação, uma vez que as lideranças de oposição “confessam que os assuntos são fundamentais, só caracteriza a má vontade dessas bancadas em conferir a

governabilidade ao presidente da República. As votações são políticas, observou, ao assinalar que a questão dos prazos pode ser perfeitamente contornada, declarou o vice-líder, ressaltando a necessidade de votação, especialmente a reforma tributária.

Mas o senador Jutahy Magalhães acabou tirando do bolso uma extensa relação de importantes matérias a serem examinadas, e não somente a reforma fiscal. Ele citou o Emendão, a modernização dos portos, o código de propriedade industrial, a lei de imprensa, a reforma do sistema financeiro, a lei de diretrizes e bases e a lei orgânica dos partidos políticos. “E vão chegar ao Senado como uma enxurrada”, avisou, ao apelar à mesa que se entenda com a Câmara para viabilizar um calendário que permita a esta última Casa confirmar ou derrubar as modificações que por acaso forem feitas nos textos, pelo Senado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o assunto “envolve todos os partidos”, mas lembrou que, embora o Congresso Nacional tenha a responsabilidade de analisar as propostas do Executivo, não pode se deixar pautar somente pelas iniciativas deste poder. Afinal, ressaltou, há matérias importantes que são de iniciativa do Congresso e precisam ser examinadas.